

# Lar, doce lar? Subutilização do patrimônio arquitetônico no ensino de arquitetura<sup>1</sup>

*Home sweet home? Underutilization of architectural heritage in teaching architecture*

Silvia Scoralich de Carvalho\*

\*Universidade Estácio de Sá, Brasil, sscoralich@gmail.com

usjt

arq.urb

número 37 | maio - ago de 2023

Recebido: 29/12/2021

Aceito: 23/07/2023

DOI: [10.37916/arq.urb.vi37.578](https://doi.org/10.37916/arq.urb.vi37.578)



## Palavras-chave:

Patrimônio cultural residencial.  
Teoria feminista da arquitetura.  
Decolonialidade.

## Keywords:

Residential cultural heritage.  
Feminist theory of architecture.  
Decoloniality.

## Resumo

Este artigo pretende discutir o conceito de patrimônio como um elemento que reproduz os valores dominantes de uma sociedade patriarcal e classista. Ao adotar uma abordagem crítica do patrimônio cultural nacional, que rompa com a hegemonia tradicional nessa área, reconhecemos a decolonialidade e a perspectiva feminista como abordagens teóricas intrinsecamente ligadas. Utilizamos um exemplo de uma residência do século XIX para demonstrar que existem diagramas espaciais que podem complementar a documentação oficial dos bens protegidos. Reconhecemos que, por meio do patrimônio construído, é possível relatar perspectivas que foram ignoradas pelos responsáveis pela documentação histórica, e questionar e/ou reafirmar identidades já consolidadas, muitas vezes baseadas em mitos construídos com interesses específicos. Concluímos que, com os devidos instrumentos analíticos, o patrimônio cultural pode auxiliar na compreensão da dimensão espacial como uma construção social, abrindo caminho para uma estratégia didática em busca de um novo modelo arquitetônico.

## Abstract

This article aims to discuss the concept of heritage as an element that reproduces dominant values in a patriarchal classist society. By assuming a proposal for a critical national cultural heritage that breaks with the traditional hegemony of the field's discussion, decoloniality and feminist perspective are understood as two intrinsic theoretical paths. A residential exemplar from the 19th century is used to demonstrate that there are possible diagrammatic possibilities for a spatial understanding that complements the official documentation of protected assets. Recognizing that through built heritage it is possible to narrate perspectives ignored by those responsible for documenting history, as well as questioning and/or reaffirming consolidated identities that are often nothing more than myths constructed with specific interests. It is concluded that with appropriate analytical tools, cultural heritage becomes a tool to comprehend spatiality in terms of social construction, allowing for the development of a didactic strategy for a new architectural model.

<sup>1</sup>Este trabalho foi realizado com o apoio da bolsa do Programa Pesquisa Produtividade 2021, concedida pela Universidade Estácio de Sá – UNESA, para a realização do projeto intitulado “Nova Friburgo: contextualização nos campos de arquitetura e urbanismo”.

## **Introdução**

O desenvolvimento de teorias voltadas à preservação do patrimônio cultural e sua restauração com objetivo de respeitar seu percurso na história vem ocorrendo desde o Renascimento, trazendo à tona o interesse de alcançar uma metodologia científica que fosse capaz de atender à multiplicidade de casos que se apresentavam. Após lento processo, a preservação do que passa a ser definido como patrimônio começa a exibir um caráter cultural, deixando de lado problemas de ordem prática e focando em questões históricas, simbólicas e memoriais (KÜHL, 2006).

Recorda-se que além dos bens de valor excepcional, erudito e documental explícito, o patrimônio do século XX passa a abranger elementos diversos relacionados à identidade, memória e saberes do homem, os chamados “modestos” na Carta de Veneza de 1964. Este fato não se dá de maneira gratuita, mas sim como resultado de esforços sociais em favor de múltiplas comunidades, demonstrando um caráter transdisciplinar ao extrapolar fronteiras disciplinares entre história, arte, folclore ou antropologia, por exemplo. A partir disto, fica claro que o campo da preservação do patrimônio cultural se apresenta de maneira complexa, exigindo cada vez mais que suas diretrizes conceituais sejam capazes de se apresentar de maneira eficaz no que tange a iniciativas práticas para o não perecimento dos bens.

A nova abrangência patrimonial permite que se encare uma definição de cultura que abarque também a dimensão imaterial e a necessidade de se levar em conta contextos sociais, de valor e referências de cada grupo no qual o elemento em questão se insere. Os discursos desenvolvidos permitem reconhecer e refletir sobre inúmeras questões, dentre elas as questões referentes aos poderes dominantes, à construção social, às mudanças e ao desenvolvimento de elementos construtivos, e econômicos. O patrimônio cultural também estando presente em contextos políticos, não pode ser considerado neutro ou apenas um mero objeto destituído de signos, mas sim elemento capaz de legitimar diferentes discursos e contextos sociais, levando ao futuro uma memória crítica e permitindo que o presente questione os valores que lhe foram atribuídos.

O patrimônio é considerado capaz de contribuir para a legitimidade do poder (POULOT, 2009), tornando-se necessário um constante trabalho de releitura do passado visando um novo horizonte que não esteja preso aos mitos de origens e opressões sociais, sendo imperativo uma leitura política e social das obras em paralelo ao julgamento de valores artísticos e culturais.

Este artigo propõe que se considere uma abordagem didática com maior protagonismo ao patrimônio cultural nacional nos cursos de graduação. Ainda que tais exemplares sejam apresentados em disciplinas tanto de história quanto as voltadas para o patrimônio, na maioria dos casos, a abordagem não considera a violência epistêmica implícita na construção de definições do próprio patrimônio e da identidade nacional. Existe uma transposição da experiência de alguns, de suas interpretações, como sendo universais, desconsiderando questões essenciais para os que fizeram ou fazem parte do bem protegido.

O que pode ser identificado é que a grande maioria do conteúdo apresentado em disciplinas acerca do patrimônio cultural carece de investigação sobre como os bens culturais arquitetônicos poderiam se tornar referência historiográfica a partir do momento em que se deixasse de considerar apenas os documentos escritos como fonte confiável de documentação. A relação documento-monumento, já discutida por Jacques Le Goff (1990), poderia ser mais bem apropriada no campo patrimonial ao se desafiar as categorias impostas pelos sujeitos dominantes. Considerando que tais categorias não se constroem aleatoriamente, reconhecer a miríade de poderes envolvidos, não necessariamente categoriza ou soluciona as relações espaciais materializadas, mas reconsideraria a seleção/produção realizada previamente por um grupo restrito de pessoas.

Iniciando pela discussão acerca do termo patrimônio, demonstra-se como conceitos oriundos da sociedade patriarcal foram essenciais na definição inicial dos conceitos de patrimônio. A discussão terá como recorte a arquitetura residencial, por se compreender que a habitação é um dos programas mais relacionáveis ao longo do curso de graduação e vida profissional, tornando-o tópico fértil de debate e sugestões para se apresentar um primeiro vislumbre em direção à resignificação do patrimônio enquanto documento passível de diversas leituras. Como operador analítico, este

artigo utilizará a teoria feminista da arquitetura<sup>2</sup> e princípios da decolonialidade, de forma a questionar a condescendência em relação às ferramentas que velam o racismo e machismo presentes no que é considerado por muitos como “lar, doce lar”. Ressaltando também, como as definições patrimoniais desconsideram a realidade material.

Por fim, ao analisar a espacialidade da Chácara do Chalé (1860 – Nova Friburgo/RJ), será explorada a possibilidade de se demonstrar como o patrimônio cultural arquitetônico residencial poderia ter um princípio de leitura espacial capaz de demonstrar de que modo a despolitização do lar, reforçada no período colonial, foi reproduzida nas questões da projeção. A incorporação de uma dimensão interpretativa à documentação patrimonial seria capaz de auxiliar a inserção de um novo questionamento em disciplinas de projeto de habitação que não compactue com opressões sociais reforçadas pela sociedade patriarcal de classes.

## Patrimônio

Françoise Choay inicia suas considerações no livro *A alegoria do patrimônio* (2006), falando sobre a palavra “patrimônio”. Diz a autora que “Esta bela e antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo” (CHOAY, 2006, p.11). Trata-se, portanto, de termo relativo à transmissão de uma herança, com relações às leis específicas de cada local a qual se discute.

Patrícia Duarte Rangel e João Paulo Pereira do Amaral (2014) chamam a atenção para a necessidade da perspectiva feminista e decolonial no campo do patrimônio, abordando inicialmente o que chamam de “problema etimológico” ao definir que “Pátria e patrimônio (...) referem-se etimologicamente ao poder patriarcal e ao que está sob seu domínio” (RANGEL; AMARAL, 2014, p. 3). Ao questionarem a origem do termo alertam para o fato afirmado por Joan Scott (SCOTT, 1990 apud RANGEL; AMARAL, op.cit.) sobre a existência de significado e história por trás de toda e qualquer ideia. Porém, é necessária uma consideração mais profunda a respeito do sentido enquanto algo adquirido e sujeito a transferências semânticas, como

mencionado pela própria Choay (2006, p.11). Ou seja, ao mesmo tempo em que não se desconsidera a escolha do termo como elemento carregado de significado, é necessário compreender que as heranças também são deixadas a grupos sociais. E que existem contradições responsáveis pela transferência de significados, conforme esses grupos sociais articulam o desenrolar histórico.

Entender a origem do termo, quando se pensa na situação da mulher na sociedade brasileira, passa por compreender que o atual modelo de subordinação da mulher tem sua origem na instauração da propriedade privada, e em quem eram os sujeitos políticos definidos como proprietários. *Patrimonium*, se relaciona diretamente a *pater*, chefe de família, trazendo não apenas uma relação simplista com o termo *patrimônio*, mas podendo levar à compreensão de que a opressão da mulher tem como gênese o modelo familiar dito tradicional, reforçado pelos direitos à propriedade. Engels irá discutir a respeito da subordinação da mulher ocorrendo simultaneamente à instauração da propriedade privada em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, assim como outros autores irão complementar sua interpretação conforme novos elementos históricos surgem.

De forma sucinta, considera-se que não se trata apenas de compreender a origem do termo e modificá-lo, mas sim de reconhecer que a condição da mulher em relação ao patrimônio envolve questões que a excluem do papel de sujeito político, historicamente privada de direitos de propriedade. Sem posses, essa mulher também não terá uma presença expressiva na história documentada das edificações. A discussão sobre os termos leva a considerar, entre outras coisas, o que Gerda Lerner afirmou: há uma dificuldade de usar vocabulários que não foram concebidos para determinadas situações. No entanto, limitar-se a novas criações que agradem apenas a uma pequena elite exclui a possibilidade de compreensão em escala necessária, pois “As palavras são constructos culturais socialmente criados; não podem criar vida a não ser que representem conceitos aceitos por muitas pessoas” (LERNER, 2019, p. 82).

<sup>2</sup>O termo é aqui utilizado para indicar um enfoque na análise das relações de gênero no campo da arquitetura, considerando que em uma análise mais aprofundada seria discriminado o posicionamento de vertente, epistemologia e paradigma escolhido.

expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. (MARX; ENGELS, 2009, p. 47)

Para uma nova perspectiva patrimonial, que não se submeta à origem patriarcal elitista, o primeiro passo seria sair de um campo idealista, reconhecendo os valores não mais desejados na seleção dos patrimônios que representam a nação. Tal fato, auxiliaria a não se esquecer que

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. **Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.** (MARX, 2008, p. 47, grifo nosso)

Isto é, sendo a realidade responsável por determinar as ideias, não basta a transformação dos conceitos ou das intenções. Questiona-se o que foi afirmado por Choay (2006, p. 115-116), quando ela diz que foi possível desenvolver mecanismos para inventariar bens capazes de libertar "[...] o conceito de monumento histórico de qualquer restrição ideológica ou estilística.", pois considera-se que, seja no século XVIII ou no século XXI, os critérios para selecionar patrimônios nunca serão neutros ou desprovidos de julgamento ideológico ou estético. Da mesma maneira que se apoiar em proprietários ou sujeitos documentados não contribui totalmente para a compreensão da situação das mulheres, visto que sua história não era julgada de interesse comum.

## Monumento-Documento

Enxergar o patrimônio através dos monumentos, induz a compreender a colocação de Françoise Choay sobre a evolução do conceito de monumento. Se a princípio o

Em outras palavras, o conceito de patrimônio no campo jurídico tem suas raízes em contextos sociais específicos ocidentais que se modificaram ao longo do tempo. Focar apenas em uma discussão etimológica sobre o patrimônio, sem considerar a realidade material dos bens, resulta em um ciclo de significados em constante transformação, mas que mantém o conceito patrimonial apenas no âmbito das ideias, sem buscar uma perspectiva política e intervencionista. Além disso, a busca pelas origens etimológicas de algumas palavras tende a favorecer certas tradições linguísticas e culturais de povos específicos ou grupos de pessoas, ignorando a colonialidade. É sabido que dentro da lógica capitalista, o colonialismo contribuiu para a construção e consolidação de epistemologias dominantes, como afirmado por Maldonado-Torres (2007, p.145, tradução nossa): "[...] a desqualificação epistêmica se converte em instrumento privilegiado da negação ontológica".

Segundo Dominique Poulot (POULOT, 2009) o entendimento do patrimônio supõe a junção de esforços públicos e privados associados a questões ideológicas, sociais e econômicas, portanto, a história e imagem do patrimônio estão diretamente ligadas à como cada sociedade os constrói. No Brasil as primeiras decisões em relação a institucionalização do patrimônio foram tomadas dentro de um projeto de construção de um Estado-Nacional Moderno, que, por vezes, se baseavam em aspectos colonialistas para valoração patrimonial, como o enaltecimento da tipologia arquitetônica luso-brasileira, mas não necessariamente considerando uma perspectiva decolonial<sup>3</sup>. Ou seja, a construção da identidade pretendida, em sua gênese, não se preocupa com as desqualificações ocasionadas por suas decisões.

Ao passar por um longo processo iniciado no século XX, de constante questionamento dos valores patrimoniais, torna-se evidente que a definição do patrimônio no Brasil se baseia em uma concepção da classe dominante. Além disso, intrínsecas a esta definição, estão seus valores. Marx e Engels ressaltam em *A ideologia alemã* que

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. [...] As ideias dominantes não são nada mais do que a

<sup>3</sup>Neste artigo, se considera decolonial oposto a colonialidade, como posto por Anibal Quijano (1992) ao considerar que na colonialidade se mantém a estrutura de poder colonial, apesar do término das premissas administrativas na relação metrópole-colônia.

monumento estava diretamente ligado à memória (CHOAY, 2006, p. 17-18), com o passar do tempo se vê “A progressiva extinção da função memorial do monumento [...]” (CHOAY, 2006, p. 20). A autora colocará que existem, dentre tantos, dois motivos a se ressaltar: a substituição do ideal de memória pelo de beleza, e a força trazida à escrita pela imprensa no que diz respeito à memória. Choay afirmará ainda, que este último fator faz com que letrados não considerem que a prática de se depender da escrita como única fonte de memória “[...] traz consigo a prática do esquecimento [...]” (CHOAY, 2006, p. 21). E que o monumento, enquanto objeto metafórico, acaba sendo encarregado “de ressuscitar um passado privilegiado, mergulhando nele aqueles que o olham”.

Segundo Le Goff,

A memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos.

De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.

Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador. (LE GOFF, 1996, p. 535)

Ou seja, ao traçar um paralelo entre os dois autores citados, tem-se que a seleção feita ao documentar fatos realizada pelos “letrados”, realiza um apagamento proposital dos sujeitos e momentos não julgados relevantes por aqueles possuidores do saber. Caberia aqui, relembra o que já foi mencionado anteriormente, nas citações referidas à Marx e Engels: É o poder material que vai dar autorização à maior parte dos letrados. Logo, a ideologia da classe dominante, tem sido a responsável por selecionar e produzir os documentos. A escolha das verdades e os julgamentos de valores, remete ao que Le Goff chama do triunfo do documento sobre o monumento (1996, p. 537), consolidado com o positivismo.

Os fundadores da revista dos Annales reconhecem, entretanto, no começo do século XX, que tudo o que “[...] pertencendo ao homem, depende do homem, serve o

homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem” (FEBVRE, 1949, p. 428 apud LE GOFF, 1996, p. 540) deverá ser incluído como documento. Deixando de lado a ilusão de que apenas a documentação escrita e publicada servirá ao conceito de documento. Em meados do século XX, nos idos de 1960, inicia-se a chamada *revolução documental* que, segundo Le Goff (1996, p. 542), torna necessária a busca por novos arquivos, visto que “A memória coletiva valoriza-se [sic], institui-se em patrimônio cultural”.

Apesar de Le Goff continuar destacando o documento como monumento em seu texto, neste caso utiliza-se o sentido oposto. Visto que a compreensão de um bem patrimonial enquanto monumento o torna testemunho do que é defendido por Febvre (1989, p. 249) a respeito do que passa a ser um documento. Deixa-se de exercer o documento apenas enquanto fonte textual.

Se reconhece que tal apontamento necessitaria de maior desenvolvimento. Porém, pode-se resumir no que foi dito por Ulpiano Bezerra de Meneses<sup>4</sup> acerca do desenvolvimento de uma nova categoria de documento:

São os objetos, as coisas físicas. Todo tipo de artefato, tudo que é resultado da ação do homem sobre a realidade física: artefatos desde os utensílios até as estruturas de todo tipo e, inclusive, as paisagens, na medida em que elas são alteradas pela ação humana e apropriadas culturalmente.

Não esquecendo de se aplicar as devidas considerações de relevância e de ressaltar que a interpretação dos bens arquitetônicos partiria da compreensão dos costumes de uma época em relação às mulheres enquanto classe heterogênea, não aos indivíduos do sexo feminino dos estudos de caso e sua importância individual.

### **Patrimônio residencial e a inópia crítica**

Quando se pensa na arquitetura como o exemplar patrimonial que mais se relaciona com a vida de todos (CHOAY, 2006, p. 12), entende-se que modos de habitar e ocupar os espaços podem ser lidos tais quais textos. E que estes espaços são vivenciados por classes, gêneros e etnias distintas, onde cada uma destas categorias, experimenta tal espaço conforme lhes é permitido. O patrimônio, em sua

<sup>4</sup>Aula ministrada no curso “Patrimônio cultural: políticas e perspectivas”, IAB/CONDEPHAAT, 1980. Disponível em:

<[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4404484/mod\\_resource/content/1/BE-ZERRA%20DE%20MENESES%2C%20U.%20T.%20O%20objeto%20material%20como%20documento.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4404484/mod_resource/content/1/BE-ZERRA%20DE%20MENESES%2C%20U.%20T.%20O%20objeto%20material%20como%20documento.pdf)>. Acesso em: 15 de novembro de 2021.

valorização e justificação, precisa iniciar o reconhecimento das permissões e contratos sociais velados.

Segundo Anete Araújo (2004), com um recorte dos últimos três séculos, é possível enxergar nos espaços privados das habitações as modificações que a sociedade, famílias e indivíduos atravessaram e atravessam. Porém, os profissionais que teoricamente<sup>5</sup> seriam os responsáveis por projetar esse espaço, pouco questionam o programa das residências, “[...] seja na prática projetual ou nas reflexões teóricas e históricas relacionadas ao espaço privado” (ARAÚJO, 2004, p.11). E as pesquisas acerca do tema, em sua maioria, focam em historiografias que privilegiam “[...] os aspectos formais e estilísticos em detrimento dos espaciais e [...] dificilmente questionam a distribuição e disposição dos cômodos no espaço doméstico, seus usos e o que representa em termos de construção social” (ARAÚJO, 2004, p.17).

Araújo levantará ainda a questão de que o zoneamento utilizado pelos projetistas e recomendado nas universidades de arquitetura, tem uma forte relação com a habitação burguesa do século XIX. Este zoneamento, denominado tripartite, setoriza a casa em área social, área íntima e área de serviço, se tornando uma setorização capaz de reforçar a dualidade de gêneros dentro da ideologia burguesa, sem que os projetistas processem tais relações no interior destas habitações, ao não questionar as relações indesejadas que acabam reforçadas por este espaço projetado. Junto à inserção técnica no século XIX, foram inseridos valores sociais, culturais, políticos, psicológicos e econômicos no modo de vida das sociedades de influência europeia. Segundo Araújo (2004, p.12) “Com a entrada da figura de um arquiteto/autor, a repetição do ideal burguês de moradia - com suas zonas social, íntima e de serviço atendendo a propósitos e convenções específicas - vai resultar em um modelo almejando outras classes [...]”. Ou seja, o projetista passa a ser aliado na reprodução de um modelo que se consolida ao longo do século XX, e que espacializa a determinação dos locais ocupados por categorias introjetadas no pensamento ocidental: o lugar da mulher e o lugar dos serviços, ambos subalternos ao senhor do lar.

A habitação passa a auxiliar na construção deste conceito de lar. John Ruskin (2008, p.56-58), no século XIX, chega a mencionar que a casa se torna lar a partir do momento em que permite aos que ali habitam não apenas abrigo físico, mas abrigo emocional, abrigo dos problemas, um local de paz que, se penetrado pelas hostilidades e problemas da sociedade, perde as propriedades que a poderiam definir como lar. Essa definição ilustra quem teria o direito de ser compreendido como pertencente a este sentimento de lar, ou seja, esse discurso não considera os fatores de pertencimento ou as relações mais íntimas dos demais habitantes/usuários destas habitações que não sejam o sujeito dominante.

Esta noção de lar como o local impenetrável por atributos negativos, se mantém ao longo do século XX nas referências utilizadas pelos arquitetos, principalmente através das temáticas emprestadas de áreas afins à arquitetura. Um dos temas recorrentes na teorização arquitetônica sobre o lar é o conceito do abrigo primitivo. Arquitetos recorrem ao abrigo primitivo para vincular este “[...] à crença de que nele se instituiu o espaço desde sempre habitável, humanizado, enquanto essência da arquitetura” (ARAÚJO, 2004, p.18). A partir da apropriação do trabalho de Martin Heidegger, “Construir, Habitar, Pensar”,

No que diz respeito à casa e aos seus espaços interiores, o posicionamento crítico dos arquitetos levou a uma idealização ou romantização da mesma, tomada apenas como o lugar do abrigo, da proteção, do aconchego, do íntimo, da convivência feliz com os familiares e amigos, ou seja, somente atributos de natureza positiva, afastando a possibilidade de reconhecimento daqueles outros - angustiados, temíveis, opressores e repressores que também habitam a casa. Inclusive aquela de Heidegger. (ARAÚJO, 2004, p.19)

Considerando também os fatores histórico-sociais que resultaram nesse lar, entende-se que o sujeito passa a habitar a ideia de uma edificação, e não a edificação em si. Visto que pode se alienar das reais relações de produção e reprodução que ocorrem no interior desse lar.

Existe, portanto, por parte dos arquitetos, uma seleção explícita das referências e uma predileção por valores que reproduzem o modelo da sociedade patriarcal europeia. A discussão do campo teórico na arquitetura, adota então, no final do século

---

<sup>5</sup>Em teoria pois, frente à realidade nacional, os serviços de arquitetos e projetistas ainda se encontram numa esfera não alcançável pela maior parte da população. Reforçando o caráter elitista da profissão e dos espaços priorizados em projetos.

XX, a Teoria Feminista da Arquitetura com o intuito de alterar alguns destes paradigmas socioculturais. Busca-se uma teoria crítica feminista que se insira no campo arquitetônico, pois

Uma das diretrizes importantes que a teoria crítica feminista evidencia é considerar a casa como um objeto concreto, constituído de espaços de vivências, individuais e coletivas, de construção de representações e de papéis sociais, que variam no tempo e no espaço, de experiências agradáveis e angustiantes, de alianças e de luta, de descanso e de trabalho, distanciando-se, portanto, de uma visão mais idealizada e romantizada da casa. (ARAÚJO, 2006, p.17)

A teoria feminista também se vê necessária ao representar um ponto de vista não vindo do grupo masculino dominante. Ela possibilita o questionamento da invisibilização significativa das mulheres na atuação profissional em destaque da arquitetura, não apenas para afirmar o reconhecimento das mulheres que foram capazes de desafiar o *status quo* da profissão ou dos tempos passados, mas também enxergar o “discurso sexista, misógino e repressor, que pretende uma arquitetura que concilie livre e ousadamente o homem (e apenas o homem) e o seu ambiente” (ANTUNES, 2016, p.70). Bem como a produção acadêmica que, apesar do grande número de mulheres, ainda vislumbra diversas questões perpetuando, talvez inconscientemente, a esfera masculina e branca como universal.

A teoria feminista da arquitetura, no entanto, se apresentará insuficiente na escolha de seu referencial se suas referências se mantiverem oriundas de um discurso que desconsidere a colonialidade, sendo falha caso não politize explicitamente o espaço residencial. Não se aprofundando nos conceitos de gênero e raça desenvolvidos pela colonialidade, a teoria da arquitetura será incapaz de enfrentar a questão do universalismo adotado pela modernidade. Afinal, o agravamento das hierarquias de raça e gênero são produtos do processo da colonial-modernidade (SEGATO, 2021, n.p.) que podem ser observados na produção residencial e na construção do discurso patrimonial de órgãos como o Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN).

Ao criticar a mensuração do projeto a partir do “homem universal”, ao invés de debates acerca de quem é esse homem, a maior parte dos trabalhos parte para a

inserção antropométrica do corpo da mulher, desconsiderando a classe “mulher” enquanto conjunto heterogêneo. E desconsiderando que o homem universal, sujeito “[...] masculino e branco, proprietário, letrado e pater famílias, **habitante nato da esfera de valor geral e relevância política**, construída à sua imagem e semelhança e proclamada neutra” (SEGATO, 2021, n.p., grifo nosso), não seria o neutro/universal sem seu posicionamento enquanto figura fortalecida na esfera pública.

Herdado da estrutura da pólis grega, a divisão *público x privado*, acaba reforçando o binarismo *homem x mulher* com a privatização da esfera doméstica na maior parte das sociedades. Como posto por Segato (2021), quando esta fala das relações comunitárias na América pré-colonial, “[...] a dualidade torna-se binarismo porque a esfera dos homens é definida como a epítome do que é público e político, em oposição à esfera das mulheres, que é despolitizada por ser definida como privada.”. Ao se retirar o espaço doméstico da esfera de interesse público, reforça-se a generalidade que permite algo a se tornar universal. Porém, uma solução de adição da mulher defendida como adição do seu corpo na espacialidade que pretende ocupar, proposta por muitos pesquisadores, não rompe com o binarismo mente-corpo ocidental. Logo, seria necessário, em arquitetura, realizar a distinção do corpo referência métrica e do corpo coordenada de projeto<sup>6</sup>. E realizar uma análise consciente dos locais internos das residências onde o trabalho reprodutivo e produtivo são executados, abrindo espaço para análise de edificações protegidas.

Acredita-se que essa análise focada na espacialidade, que pode ser considerada uma análise gráfica ou diagramática teoricamente fundamentada, com um princípio referencial no século XIX, permite uma localização temporal do momento inicial que posteriormente se torna o princípio da construção do conceito de domesticidade materializada no projeto ao longo dos séculos XX e XXI. Este conceito de domesticidade, trazido do ocidente europeu, é comumente valorizado nas bibliografias arquitetônicas sobre o lar, sendo afirmado por alguns autores que

Domesticidade, privacidade, conforto, o conceito do lar e da família: estas são, literalmente, as principais conquistas da Era Burguesa. [...] Foi somente assim que, através da insistência burguesa em privacidade, que a família se torna a unidade mais importante da sociedade. (LUKACS, 1970, p. 624-625, tradução nossa)

<sup>6</sup>Ao projetar, são considerados elementos físicos, fundiários e geográficos, denominados por Frederico Barreto (2013, p.13) como *coordenadas*. Para o autor, o projeto deve levar em consideração

coordenadas além das físicas, conforme o programa estipulado. Considerando, principalmente, questões sociais envolvidas em cada caso.

A afirmação de John Lukacs, em *The Bourgeois Interior*, possui um intuito de evidenciar o que é estabelecido pelo modelo burguês ocidental. Porém, neste caso, utiliza-se a citação para reforçar o conceito questionável de “lar, doce lar” que chega ao Brasil no século XIX, visto como “prova da força pecuniária” da elite da época (DEL PRIORE, 2020, n.p.).

A proteção dos órgãos patrimoniais indica uma seleção de imóveis considerados relevantes frente à história e/ou cultura de determinada região. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, “O patrimônio cultural é composto por monumentos, conjuntos de construções e sítios arqueológicos, de fundamental **importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas**” (IPHAN, c.2013, grifo nosso). Logo, uma consulta a ditos bens, deveria ser capaz de identificar as “influências colonizadoras” perpetuadas pelo modelo social produzido a partir da colonização. A noção genérica definida pelos órgãos patrimoniais, acabam esbarrando numa falsa ideia de que não existem conceitos racistas na seleção realizada ou mesmo nas ações pretendidas para salvaguarda. Uma falsa sensação de inclusão, semelhante ao que foi colocado por Susana de Castro, ao definir que

Talvez o racismo luso-tropical seja o mais perverso de todos, pois escamoteia o preconceito utilizando-se de formas de tratamento condescendentes e paternalistas.

A tradição construída por Gilberto Freyre de pensar a sociedade brasileira como um milagre da tolerância graças à miscigenação representa uma das formas mais perversas de dominação e subalternação cultural e social das populações afrodescendentes e indígenas. (CASTRO, 2020, p.150)

Retornando aos órgãos patrimoniais como reprodutores das hierarquias oriundas do processo da colonial-modernidade e da sociedade de classes patriarcal, observa-se uma reprodução da tradição mencionada nas políticas de valorização do patrimônio material e imaterial. Desde a gênese do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), há a priorização da tradição e universalidade, materializadas nas escolhas do barroco e moderno como referências para a construção da identidade nacional (SANTOS, 2018). Sendo os valores de tradição e universalidade elementos inerentes aos valores patriarcais, nota-se a demanda de uma

abordagem que reconheça a necessidade de o patrimônio cultural sair de um campo idealista e passar a documentar os processos políticos e sociais inerentes aos elementos edificados. Tal fato induziria a produção de políticas salvaguardistas não paternalistas e engessadas para aqueles excluídos das esferas de decisão política.

## Entender o espaço segregador do lar

O reconhecimento do lar como local de opressão romantizado exige uma investigação histórica. Desde o século XVI, autores como Robert Kerr reforçam os modelos residenciais europeus, como o da casa elizabetana, enquanto superiores porque

[...] os cômodos de uma casa devem ser essencialmente privados e a área destinada aos empregados deve ser separada do corpo principal da casa, de tal forma que o que se passa no interior de cada lado da fronteira seja invisível e inaudível para o outro. (KERR, 1864 apud ARAÚJO, 2004, p.63).

É, a partir de então, datada a inserção de elementos como os corredores nas plantas residenciais principalmente como passagem para os empregados, de modo que não atravessassem “o caminho dos cavalheiros e das damas” (EVAS, 1978 apud ARAÚJO, 2004, p.63). A privacidade pretendida em relação aos gêneros, no entanto, vem do século XV com a distinção de cômodos masculinos, voltados para o desenvolvimento intelectual, e femininos, com foco no vestir em ambiente distinto ao quarto de dormir.

Na arquitetura brasileira, até o século XVIII, a organização espacial das casas ainda herdava do século XVII os cômodos com pouca definição e funções sobrepostas. Caracterizada por cômodos interligados, que se comunicavam por portas, a arquitetura residencial colonial é capaz de levantar uma série de questões acerca da privacidade (reduzida) e da reclusão feminina, especialmente no período que antecede a vinda da família real para o Brasil.

As mudanças advindas do modelo europeu, que valorizava a privacidade, pouco transparecerão na planta da casa até a metade do século XIX. E, ainda assim, aparecerão nas arquiteturas das famílias abastadas<sup>7</sup>, ou seja, nas residências unifamiliares, reforçando o modelo uno de família almejado pela burguesia da época. O

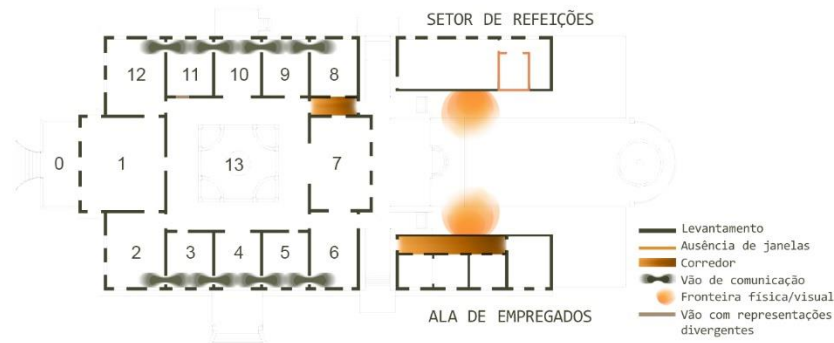
<sup>7</sup>As residências da população de classes sociais mais pobres possuem pouca ou nenhuma documentação. Tendo exemplares do fim do século XIX, quando há uma tentativa de produção de

unidades habitacionais que dariam origem às habitações de interesse social. O que resta em alguns locais é um parco registro dos cortiços.



arquiteto Carlos Lemos, em seu trabalho "A República Ensina a Morar (Melhor)" (1999, p. 98), realizou um ensaio para compreender os novos modelos de organogramas que surgiram durante o período republicano na cidade de São Paulo, oriundos das modificações iniciadas nos meados do século XIX. Além disso, ele se intriga com os modelos encontrados na então capital, Rio de Janeiro, especialmente em relação à influência dos códigos de conduta e dos aspectos sociológicos vigentes, documentos importantes para situar os costumes impostos e desejáveis da época.

Embora o tamanho deste trabalho não permita aprofundamentos mais extensos, a exemplificação de algumas plantas de residências possibilitaria vislumbrar a variedade de modelos residenciais e suas relações com os principais espaços que resultariam na tripartite burguesa, ou aqueles que poderiam vir a ser interpretados de forma genérica. Isso demonstraria, por meio da análise gráfica tradicional, novos elementos que poderiam auxiliar na definição de novas coordenadas projetivas e na compreensão das permissões de circulação dentro do ambiente doméstico. A seguir, será apresentado um exemplar do século XIX, inspirado no chalé inglês. Através de elementos indicativos que serão apresentados conforme a legenda, o discurso hegemônico sobre as habitações históricas nacionais será confrontado a partir do posicionamento de cômodos e deslocamento entre eles.



**Figura 1.** Chácara do Chalet, Nova Friburgo/RJ. Fonte: Edição da autora referenciada em planta-baixa produzida pela pesquisa "A casa senhorial" em conjunto com planta-baixa e informações do processo 01500.001591/2012-14 do IPHAN.

A figura 1 mostra a Chácara do Chalet, localizada em Nova Friburgo/RJ, construída pelo Barão de Nova Friburgo em 1860. Trata-se de uma edificação de um pavimento, com porão alto, acessível pelas fachadas lateral e posterior. Os espaços mais relevantes incluem o salão principal (1), a sala dos homens (2), a sala das damas (12), os quartos (3, 4, 5, 11, 10, 9), o escritório (6), a sala de bilhar (8) e o pátio (13). Em dois volumes independentes, identifica-se na parte superior, a sala de jantar e outros cômodos como a cozinha e a sala de engomar, enquanto no volume inferior encontra-se a ala dos empregados. Em planta, o chalé demonstra uma conexão entre os quartos, com portas alinhadas que controlam o acesso entre os cômodos, embora também haja comunicação com o pátio. Essa disposição das portas remete aos hotéis franceses do século XVII, onde os arquitetos as posicionavam de forma a oferecer uma visão contínua ao longo dos cômodos (RYB-CZYNSKI, 1996, p. 53). Os corredores se concentram nas áreas de circulação para aqueles que servem, tanto na área de refeições quanto na ala dos empregados, evitando a utilização do pátio central, reservado aos moradores. Ao analisar o espaço doméstico de forma mais ampla, encontra-se a sala das damas e a sala dos homens, destaca-se neste ponto a limitação dos enfoques técnico-construtivos e a concretização dos planos em geral. Pois, conforme literatura sobre residências do período, como mencionado anteriormente, a distinção de cômodos para homens e mulheres representaria uma segregação vigiada e ligada à determinadas funções estereotipadas (costume feminino – costume masculino), para qualquer afirmação categórica seria necessário abordar essas questões de forma transdisciplinar, coletando e interpretando dados ainda obscuros sobre os costumes sociais no Brasil em determinados períodos e regiões. Ou seja, a inserção desta associação entre análise teórica e construída do patrimônio, permitiria um novo desenrolar acadêmico das fontes, sem que as generalizações reafirmassem mitos sobre os costumes generalizados. Ressalta-se na imagem, outro potencial de investigação: no quarto 11 o vão de acesso ao pátio não é representado em todas as fontes consultadas, o que necessitaria de uma avaliação histórico-construtiva para se supor se haveria relação com a reclusão feminina. Sem esta análise transdisciplinar, teórica e prática, qualquer suposição sobre a relação entre os quartos e os costumes não passam de conjecturas, evidências incompletas.

Outro ponto a ser considerado a partir do breve vislumbre do Chalé é a identificação de uma naturalização da segregação espacial daqueles responsáveis pelo serviço,

[...] não é um instrumento neutro no cotidiano do arquiteto. Constitui-se, sim, uma forma de expressão que interage no processo projetivo com conteúdos cognitivos, comunicativos, simbólicos e culturais bem mais decisivos que o simples registro de imagens gráficas. (SCHUNCK, 1999, p.51)

se pensarmos nesta área como sendo um adicional recente à época. Naturalizando uma exclusão ligada constantemente à hierarquia de classe e raça oriundas da colonial-modernidade (SEGATO, 2021), cujo registro histórico é fato tratado como dado, sem ser utilizado para a produção de material crítico que reexamine os eventos sociais relacionados a esse fato.

Pode-se observar que a inserção das circulações não assume relação direta com a cronologia temporal, sendo priorizada a tipologia arquitetônica. Apesar de datar da segunda metade do século XIX, havia uma demanda por parte dos proprietários em adotar uma tipologia de chalé romântico, enquanto muitas residências da época já apresentavam a inserção dos corredores nas áreas onde não era desejado o atravessamento entre damas e cavalheiros, no exemplar não se nota tal exigência apenas em análise de planta, ainda que a circulação para serviços tenha possibilidade de ser limitada.

Por fim, no que diz respeito ao patrimônio residencial como referência ao projetar, se observa uma falha na própria intenção da definição do patrimônio que se diz incluir questões históricas, simbólicas e de memória. Principalmente, quando este patrimônio não consegue se desvencilhar de tipologias estilísticas idealizadas no *as built* isolado e não na totalidade da materialidade envolvida desde o construir até o habitar. Não documentando criticamente os significados especializados em termos de construção social em paralelo à documentação arquitetônica, perde-se a oportunidade de compreender os costumes dos diversos sujeitos da habitação em questão, fatos essenciais para a produção do pensamento crítico ao projetar.

### Considerações finais

Embora seja improvável que a análise superficial de um único exemplar possa resolver completamente a problemática da práxis patrimonial alienada, compreende-se que essa análise representa um ensaio no sentido de incluir uma dimensão interpretativa baseada na decolonialidade (quando se questionam os reflexos da colonial-modernidade) e no feminismo (ao compreender a mulher como sujeito) na incorporação de novos usos para o patrimônio edificado nos currículos universitários. Portanto, reitera-se que a linguagem gráfica responsável por analisar os projetos

Tal recurso torna-se fornecedor de uma leitura do espaço como local essencial para comunicação da linguagem arquitetônica. Sendo possível, através da análise, apreender o espaço observado, acompanhando o processo projetado e sua utilização social. O desenvolvimento de códigos de leitura do patrimônio edificado pode ser responsável pela compreensão da sintaxe espacial, que não se baseia apenas na estrutura burguesa como produtora do conceito de lar, mas sim permite uma construção cognitiva diferente da mera assimilação de referências desconexas (social e contextualmente).

Ressaltar em processos de tombamento a divisão sexual do trabalho, ainda que a partir da tripartite burguesa e suas origens, muitas vezes identificada pela história do período, ou mesmo pelos relatos dos proprietários, auxiliaria a compreender um desenho das trajetórias numa sociedade generificada, que supõe o lar como base para construção de um modelo familiar imposto e reproduzível,

A divisão do trabalho familiar em que as mulheres exercem a maternagem dá sentido social e histórico para o gênero em si. O engendramento de homens e mulheres com determinadas personalidades, necessidades, defesas e capacidades cria condições e contribui para reprodução dessa mesma divisão do trabalho. (CHODOROW, 1978 apud OYĒWŪMÍ, 2021)

Essa leitura, seria um importante complemento e discussão inicial, para se compreender que a família nuclear generificada, “centrada na unidade conjugal”, reforça e é reforçada por uma estrutura de lar que não permite a descentralização da imagem do homem como senhor do lar, como aquele que usufrui do “Lar, doce lar”. E esta configuração espacial só poderá ser desmembrada se o existente for analisado em suas diversas coordenadas e se as novas projeções forem realizadas com fundamentações de origens não produzidas por **HEBM**, termo utilizado por Oyèróké Oyèwùmí (2021) para definir “homens, europeus, brancos, mortos”. Tal escolha pode ser vista como um complemento ao que foi posto por Lima (2004, p.112), quando ela diz que um dos importantes aspectos a serem revistos na história da arquitetura é a suposta neutralidade das referências históricas e textuais, ao que se acrescenta aqui as referências projetuais.

Além da análise crítica da espacialidade partindo de referências feministas e decoloniais, recomenda-se uma abordagem que não se prenda a modelos e deixe as normativas para processos burocráticos, como é o caso do processo de tombamento. Além da compreensão de que a espacialidade não é um fator cronológico, mas está diretamente ligada aos costumes dos proprietários, à influência do projetista, à situação financeira dos realizadores e à localização em relação ao centro urbano mais próximo.

O patrimônio por muitas vezes se preocupa com definições de termos, sem compreender o percurso responsável pela solidificação do significado destes. Deve-se enxergar o patrimônio com olhar realista, evitando a romantização estilística ou histórica, visto que tanto a origem ideológica da identidade do patrimônio nacional, passando por sua seleção, quanto a forma como tais patrimônios chegam às novas gerações de profissionais, são permeadas pela parcialidade dos discursos dominantes.

Conclui-se, portanto, que é no reconhecimento da impossibilidade de neutralidade, que se constrói a análise crítica não alienada e que será possível extrair ao máximo o benefício histórico e arquitetônico do patrimônio edificado como auxiliar didático demonstrativo, incluindo exemplares a serem analisados além dos projetos laureados, geralmente selecionados em disciplinas ligadas ao projetar. Acredita-se que a limitação das escolhas referenciais em projetos que, teoricamente, se poderiam reproduzir, limitam a capacidade crítica e interpretativa do que seria o “bom projeto” ou de como se construir um. Sendo assim, defende-se que a inserção de arquiteturas históricas para compreensão de setorizações, modelos e elementos recorrentes, seria capaz de evitar programas datados e auxiliar na construção de profissionais capazes de melhor compreender as necessidades socioespaciais de seus clientes.

## Referências

ANTUNES, Lia P. S. G. Questões de Gênero em Arquitetura: História(s), espaço(s) e experiências profissionais e arquitetônicas. *ex aequo*, n.33, 2016, p 67-81.

ARAÚJO, Anete R. C. de. **Espaço privado moderno e relações sociais de gênero em Salvador: 1930 – 1949**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2004. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em

Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

ARAÚJO, Anete R. C. Estudos de gênero em arquitetura: um novo referencial teórico para a reflexão crítica sobre o espaço residencial. *Cadernos PPGA-AU/UFBA*, Salvador, v.5, n. 1, p. 11-22, 2006.

BARRETO, Frederico Flósculo Pinheiro. **Metodologias da projeção arquitetônica: evidências gráficas**. Brasília: Editora UnB, 2013

CASTRO, Susana de. Condescendência: estratégia pater-colonial de poder. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p.140-153.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 4ª ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

DEL PRIORE, Mary. **Sobreviventes e guerreiras: uma breve história das mulheres no Brasil [livro eletrônico]: 1500-2000**. São Paulo: Planeta, 2020.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Cultural e Natural**. Disponível em: < [KÜHL, B. M. História e ética na conservação e na restauração de monumentos históricos. \*Revista CPC\*, \[S. l.\], n. 1, p. 16-40, 2006. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v0i1p16-40. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15579>>. Acesso em 05 de outubro de 2021.](http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/29#:~:text=O%20patrim%C3%B4nio%20cultural%20%C3%A9%20composto,e%20a%20riqueza%20das%20culturas.></a>. Acesso em 05 de outubro de 2021.</p></div><div data-bbox=)

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEMOS, Carlos. **A república ensina a morar (melhor)**. São Paulo: Hucitec, 1999.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

LIMA, A. G. G. **Reverendo a história da arquitetura:** uma perspectiva feminista. Tese (Doutorado em Educação)—São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

LUKACS, John. The Bourgeois Interior: Why the Most Maligned Characteristic of the Modern Age May yet Be Seen as Its Most Precious Asset. **The American Scholar**, vol. 39, no. 4, The Phi Beta Kappa Society, 1970, pp. 616–30. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/41209801>>. Acesso em 02 de outubro de 2021.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la decolonialidade del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GOMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (Orgs.). **El giro decolonial:** reflexiones para uma diversidade epistêmica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luis Bonaparte. In: ENGELS, Friedrich. **A revolução antes da revolução.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã:** crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Tradutor Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2009.

OYĒWŪMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres:** construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente.** São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RANGEL, Patrícia Duarte; AMARAL, João Paulo Pereira do. Reflexões críticas sobre o campo patrimonial a partir de uma perspectiva feminista e decolonial. In: **Genealogias críticas de la Colonialidad.** CLACSO – Programa Sur Global, IDAES/UNSAM, Buenos Aires, Argentina, 2014.

RUSKIN, John. **A lâmpada da memória.** Artes & Ofícios, São Paulo, Ateliê Editorial, 2008

RYBCZYNSKI, Witold. **CASA:** pequena história de uma ideia. Rio de Janeiro: Record, 1996.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. **O tecido do tempo:** o patrimônio cultural no Brasil e a Academia Sphan: a relação entre modernismo e barroco [livro eletrônico]. Brasília: Editora UnB, 2018.

SCHUNCK, Dulcinéia. A construção gráfica do espaço como método de ensino de Desenho e Plástica 2. In: GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos et al. (Org.). **Contribuição ao Ensino de Arquitetura e Urbanismo.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999. p. 51-60

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios:** e uma antropologia por demanda [livro eletrônico]. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.